



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: DILEMAS E DESAFIOS

Sonia Maria de Oliveira¹

Suzelei Fátima Ramos Rodrigues²

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda aspectos relacionados às práticas pedagógicas e suas necessidades, a partir do documento “Plano Pedagógico Estratégico”, diretrizes de retorno às aulas não-presenciais, no ano de 2020/2021, adotado pela SEDUC-MT, frente à pandemia do COVID-19.

O documento apresenta novos paradigmas, caracterizados pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação no percurso das ações institucionais para atendimento escolar, execução das providências necessárias, estabelecimento de registro e monitoramento das ações e apresentação do calendário letivo 2020/2021.

Para compreender esse novo contexto educacional, buscamos a *análise de conteúdo*, como conjunto de técnicas de análise das comunicações apresentadas no documento, que Bardin (2011), define como uma análise dos significados da temática.

O documento apresenta eixos de implementação do plano, dentre eles, o de governança, medidas sanitárias, gestão pedagógica e tecnológica, gestão de pessoas e gestão financeira.

Nessa perspectiva, o acesso à informação e ao conhecimento tornam-se fatores determinantes para que escola e sociedade em geral possam compreender as mudanças nos espaços escolares.

O não (re)conhecimento das necessidades das escolas em relação ao

¹Professora, graduada em Pedagogia Mestre em educação. Professora efetiva da rede Estadual de Mato Grosso na unicodência. E-mail: soninha_1_3@hotmail.com.

²Professora, graduada em Pedagogia, Especialista em Alfabetização e Linguagem. Professora efetiva na rede Estadual de Mato Grosso na unicodência. E-mail: suzi2905@hotmail.com.



acesso à internet, laboratório de informática, recursos para impressão na retomada das atividades escolares por parte do documento, nos leva à leitura de Ball e Mainardes (2011, p. 45-46): “As políticas normalmente não dizem o que fazer; elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou em que metas particulares ou efeitos são estabelecidos”.

Dessa forma, evidenciam-se necessidades de novas formas de pensar e agir em relação ao conceito mais ampliado do que se propõem no plano pedagógico estratégico de volta às aulas.

A CRIANÇA E SEUS MODOS DE APRENDIZAGEM

Não é possível pensar alfabetização e atividades de aprendizagens sem refletir sobre as necessidades biológicas, afetivas, sociais e cognitivas. Na perspectiva dialética, a relação de ensino e aprendizagem consiste no processo de mediação da aprendizagem.

Para Leontiev (1978, p. 265):

[...] A criança não está de modo algum sozinha em face do mundo que a rodeia. As suas relações com o mundo têm sempre por intermediário a relação do homem com outros seres humanos; a sua atividade está sempre inserida na comunicação. [...] as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual. [...] a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles.

Leontiev (1978) destaca necessidade de posições filosóficas na compreensão das necessidades básicas, como condição das transformações sociais.

Para Sacristán (*apud* CONTRERAS, 2012, p. 95): “[...] um professor não pode se tornar competente naquelas facetas sobre as quais não tem ou não pode tomar decisões e elaborar juízos arrazoados que justifiquem suas intervenções”.



Com o surgimento da pandemia do COVID-19, os problemas da escola precisam ser pensados holisticamente, Imbernón exemplifica:

A história do professorado e de sua formação é uma história de dependência e subsídio, de ser objeto de tudo (ou de uma subjetividade racional) e, predominantemente, da formação. Podemos comprovar isso vendo o currículo fecha, a pouca autonomia, a dependência orgânica, a desconfiança endêmica, o predomínio de cursos, a necessidade de créditos para o desenvolvimento, a submissão hierárquica, o conceito de semiprofissional os *experts* que ditam as normas e os saberes ou conhecimento profissionais dados, a profissão sem reconhecimento de identidade etc. (IMBERNÓN, 2009, p. 72-73).

O fazer escolar se articula ao entendimento da realidade, visão sistêmica conectada aos elementos sociais, políticos e econômicos, fatores estes, desconsiderado na elaboração, apresentação e implementação do documento aqui apresentado.

O PLANO PEDAGÓGICO ESTRATÉGICO NA PERSPECTIVA DO CONTRATO SOCIAL

O comprometimento docente frente às mudanças há de ser construído dialeticamente, pois os resultados, bons ou ruins, recairão sobre os mesmos, ao término desse período excepcional.

O documento de diretrizes para volta às aulas da SEDUC/MT leva-nos a pensar sobre os fundamentos filosóficos de Rousseau (1978), no contrato social, privilegiando a soberania da sociedade e a vontade coletiva. No entanto, neste documento específico, vontade social tornou-se ao mesmo tempo, parte ativa e passiva deste contrato, ou seja, participa apenas no cumprimento deles.

Para a alfabetização em si, existem as competências do pensar e do fazer, para Santos (1994) é:

Um dos grandes desafios que se põe ao desenvolvimento do currículo [...] é o de contemplar experiências de aprendizagem que permitam construir estratégias que ajudem o aluno utilizar de forma consciente, produtiva e racional o seu potencial de pensamento e que permitam



torná-lo consciente das estratégias de aprendizagem a que recorre para construir (reconstruir) os seus conceitos atitudes e valores (SANTOS, 1994, p. 101).

Para Santos (1994) e Sacristán (2000, p. 178): “o professor possui significados adquiridos explicitamente durante a sua formação e outros que são resultados de experiências continuadas e difusas sobre os mais variados aspectos”, que segundo o autor, são: “conteúdos, habilidades, orientações metodológicas, pautas de avaliação”, condições existenciais da escola.

Rousseau afirma que pacto social é celebrado diante de critérios referendados nas vontades das partes envolvidas para que nenhuma se imponha às demais, condição *sinequa non* nos espaços educativos.

Assim, torna-se justo, frente ao documento analisado, que os alfabetizadores/educadores indaguem sobre a sua eficiência considerando que um pacto social estabelece o máximo de liberdade garantido a cada cidadão, sem, no entanto, prejudicar a outros:

[...] se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos seus direitos, em favor de toda comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros (ROUSSEAU, 1978, p. 30).

Nesse exercício, educadores podem requerer oportunidades de discutir estratégias e reorganização dos conhecimentos, sem que a inexistência das condições necessárias sejam prejudiciais aos estudantes e aos educadores, segundo Libâneo (1994, p. 62):

A escola não é uma preparação para a vida, é a própria vida: a educação é o resultado da interação entre o organismo e o meio através da experiência e da reconstrução da experiência. A função mais genuína da educação é a de prover condições para promover e estimular a atividade própria do organismo para que alcance seu objetivo de crescimento e desenvolvimento.

O processo de implementação do plano através do monitoramento e gestão na escola, são praticamente inexequíveis na sua totalidade, para o



educador e educando.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como pressuposto discutir à priori, os dilemas e os desafios dos docentes, em especial, os que trabalham com a fase da alfabetização/letramento nestes tempos de pandemia.

Os desafios apresentados para os docentes dos anos iniciais no Estado de Mato Grosso em 2020, a partir de um documento elaborado pela SEDUC-MT, de diretrizes para a volta às aulas de forma não presencial no ano de 2020-2021.

Assim, temos deficiências na estrutura de trabalho e na formação continuada, considerados pilares importantes ausentes no plano, além de condições necessárias para um contrato social de organização e atendimento pedagógico, ainda que de forma remota.

Enfim, faz-se necessário pensar a retomada do fazer pedagógico em um movimento dialético para diminuir a distância entre o que se propõem e o que de fato pode ser executado.

REFERÊNCIAS

BALL, J. S.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CONTRERAS, J. **A autonomia e professores** (Tradução Sandra Trabucco Valenzuela; Revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

LEONTIEV, A. **O homem e a cultura**. O Desenvolvimento do Psiquismo. Ed. Horizonte Universitário, 1978.



LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. Ed., São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 2).

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAINARDES, J. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Plano Pedagógico Estratégico** - Diretrizes para Volta às Aulas, 2020.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Pedagógico Estratégico de Atendimento Escolar** - Orientação para Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento, 2020.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Sala de Educador, Orientativo**, 2020.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, M. E. V.M. **Área escola/Escola**: Desafios interdisciplinares. Lisboa: Novos Horizontes, 1994.